

KURUMA

**2021
DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO**

31/12/21

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 00.827.783/0001-81

KURUMÁ VEÍCULOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações do fluxo de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
KURUMÁ Veículos S.A.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Toyota, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista, atuando também no estado de Minas Gerais e Brasília.

Em 2021, foram realizadas a venda no total de 12.873 unidade de veículos novos e 5.805 unidades de seminovos, possuindo 1.165 funcionários no final de 2021.

Ficamos a disposições para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Vitória, 23 de março de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Kurumá Veículos S.A.
Vitória - ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Kurumá Veículos S.A., ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kurumá Veículos S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e suas controladas ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 23 de março de 2022

Demonstrações do Resultado | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	21	2.186.576	1.150.548	3.183.592	1.593.154
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	22	(1.891.673)	(1.011.714)	(2.735.300)	(1.390.272)
Lucro operacional bruto		294.903	138.834	448.292	202.882
Administrativas, comerciais e gerais	23	(149.886)	(106.290)	(204.285)	(142.766)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(3.673)	4.029	(3.022)	5.255
Resultado de equivalência patrimonial	12	71.254	21.048	1	-
Receitas/(despesas) operacionais		(82.305)	(81.213)	(207.306)	(137.511)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		212.598	57.621	240.986	65.371
Receitas financeiras	24	4.993	2.506	6.098	3.662
Despesas financeiras	24	(25.497)	(22.024)	(28.414)	(25.387)
		(20.504)	(19.518)	(22.316)	(21.725)
Lucro antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social		192.094	38.103	218.670	43.646
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	25	(27.567)	(3.314)	(49.231)	(8.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	25	-	-	(4.912)	(836)
Lucro líquido do exercício		164.527	34.789	164.527	34.789
Quantidade de ações		36.531	36.531	36.531	36.531
Lucro líquido por ação		4,50	0,95	4,50	0,95

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.743	34.789	164.743	34.789
Outros resultados abrangentes	(109)	(221)	(109)	(221)
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>164.634</u>	<u>34.568</u>	<u>164.634</u>	<u>34.568</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Reserva de legal		Reserva de lucros	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.531	909	(1.902)	12.955	-	0	48.494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.789	34.789
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.262)	(8.262)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(9.377)	(9.377)
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	1.681	-	-	-	1.681
Constituição de reserva	-	1.740	-	15.410	-	(17.150)	(0)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.531	2.649	(221)	28.365	-	(0)	67.324
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	164.527	164.527
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.994)	(10.994)
Distribuição de lucros	-	-	-	(28.365)	-	(10.986)	(39.351)
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	112	-	-	-	112
Constituição de reserva	-	4.657	-	36.000	101.889	(142.546)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	36.531	7.306	(109)	36.000	101.889	(0)	181.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Fluxo de Caixa | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	164.527	34.789	164.527	34.789
(Despesas)/receitas que não afetam o caixa				
Depreciação	5.982	5.304	11.873	8.611
Amortização intangível	1.326	768	1.355	799
Custo líquido de ativos alienados	8.709	17.478	11.945	22.786
Resultado de equivalência patrimonial	(71.254)	(21.048)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	4.912	836
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	240	-	705
Outros resultados abrangentes	(112)	-	109	-
Aumento/(redução) de ativos e passivos				
Contas a receber	(76.067)	17.253	(144.178)	31.144
Estoques	(97.123)	53.240	(153.145)	76.251
Créditos diversos	(8.655)	(479)	(15.521)	2.249
Depósitos judiciais	(37)	47	(130)	12
Contas a receber de partes relacionadas	3.222	8.368	949	9.947
Instrumentos financeiros	(2.721)	3.207	8.385	(7.900)
Contas a pagar para partes relacionadas	(1.169)	1.916	278	436
Fornecedores	(7.476)	3.047	8.687	18.825
Dividendos	-	(2.774)	-	(2.774)
Obrigações trabalhistas e tributárias	10.776	1.892	17.968	2.654
Adiantamento de clientes e outras obrigações	2.312	(2.874)	12.265	(4.355)
Passivo de arrendamento	1.142	2.427	2.451	1.688
Contas a pagar por aquisições	59.649	-	59.649	-
Instrumentos financeiros Derivativos	2.434	-	2.434	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(4.535)	122.801	(5.188)	196.703
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Acréscimo/ Baixa de imobilizado	(21.395)	(27.647)	(32.280)	(32.299)
Acréscimo/ Baixa do intangível	(130.178)	2.553	(130.455)	2.609
Lucros recebidos de controlada	31.067	14.850	-	-
Aumento de capital em Controlada	(55.800)	-	-	-
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(176.306)	(10.244)	(162.735)	(29.690)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Captação/Pagamento de empréstimos	69.331	87.308	22.868	97.882
Debêntures	-	(21.043)	-	(21.043)
Distribuição de lucros	(50.345)	(17.639)	(50.345)	(17.639)
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades de financiamentos	18.986	48.626	(27.477)	59.200
Redução (aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(161.856)	161.183	(195.400)	226.213
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	168.016	6.833	235.560	9.347
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.160	168.016	40.160	235.560

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Companhia tem sua sede localizada na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Toyota, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados, podendo participar em outras Companhias como quotista ou acionista.

A Companhia faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Companhia em conjunto com outras Companhias do Grupo.

1.1. Impactos do Covid-19

Frente à proliferação da COVID-19, que gerou o decreto legislativo em âmbito federal reconhecendo calamidade pública nacional a Empresa elaborou e executou diversos planos de ação sociais, buscando manter a saúde de nossos colaboradores. As medidas adotadas estão em linha com as medidas e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

2. Resumo das principais normas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 23 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas são as seguintes:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i. O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e

dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i. O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução

ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Contabilidade de Hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do IFRS 9/CPC 48. Isso exige que a administração assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge.

A Companhia utiliza contratos a termo de moeda estrangeira para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de variações nas taxas de câmbio relacionadas com empréstimos em moeda estrangeira. É designado apenas a mudança no valor justo do elemento spot do contrato de câmbio a termo como o instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo dos instrumentos de hedge é acumulada em uma reserva de hedging de fluxo de caixa como componente separado dentro do patrimônio líquido.

A Companhia também utiliza contratos a termo para proteção das exposições nas alterações do valor justo decorrentes de variações nas taxas de juros relacionadas com empréstimos em moeda nacional. É designado apenas a mudança no valor justo do elemento spot do contrato a termo como o instrumento de hedge nas relações de hedge de valor justo. As variações no valor justo dos instrumentos de hedge são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

A aplicação da contabilidade de hedge não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no período findos 31 de dezembro de 2021.

2.2.3. Contas a Receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.2.4. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.2.5. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma

compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Ano</u>
Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.2.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.9. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a. Venda de produtos

As empresas do grupo beneficiam e vendem diversos produtos, tais como, veículos novos, usados e peças de reposição da marca Toyota/Lexus.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

b. Venda de serviços

As empresas do grupo realizam a prestação de serviços de assistência técnica automotiva da marca Toyota/Lexus.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

2.3. Pronunciamos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):

Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16 / CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- i. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- ii. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; e
- iii. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

A Companhia não optou por utilizar o expediente prático originalmente emitido em maio 2020 para todas as concessões de aluguel que atenderam aos referidos critérios.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de

- seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.5. Base mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos

foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº6);
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota Explicativa nº26).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.6. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.6.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.6.2. Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A Companhia detém participação nas seguintes empresas controladas:

- 99,99% de participação na empresa Draco Serviços e Acessórios Ltda. Esta empresa tem por objeto principal a intermediação e agenciamento de serviços em geral;
- 99,99% de participação na empresa AB Comércio de veículos Ltda. Esta empresa tem por objeto principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Toyota, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados. Possui o direito de exploração e comercialização dos veículos da marca Toyota na região da grande BH.
- 99,99% de participação na empresa Kyoto Comercio De Veículos Ltda. Esta empresa tem por objeto principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Toyota, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados. Possui o direito de exploração e comercialização dos veículos da marca Toyota na região de Brasília.

3. Gestão de risco Financeiro e instrumentos derivativos

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à Administração.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão nas notas explicativas 21.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das baixas de duplicatas consideradas como perdas já constituídas (Nota explicativa nº 6).

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5)	6.160	168.016	40.160	235.560
Contas a receber (Nota nº 6)	129.936	53.669	218.710	74.332

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora					
Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	88.162	232.090	-	-	320.252
Fornecedores	51.890	-	-	-	51.890
	<u>140.052</u>	<u>232.090</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372.142</u>

Consolidado					
Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	88.162	232.090	-	-	320.252
Fornecedores	93.396	-	-	-	93.396
	<u>181.558</u>	<u>232.090</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>413.648</u>

3.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	320.252	250.922	320.252	297.384
Instrumentos financeiros Derivativos (Nota 3.5)	(2.366)	(2.078)	(2.366)	(13.184)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(6.160)	(168.016)	(40.160)	(235.560)
Dívida líquida	311.726	80.828	277.726	48.640
Patrimônio líquido	181.618	67.324	181.618	67.324
Patrimônio líquido e dívida líquida	493.344	148.152	459.344	115.964

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48 /IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros pré-fixados e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Companhia.

Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo o CDI como seu principal indexador, como base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2021 projetamos os seguintes cenários:

	Controladora			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	317.887	317.887	317.887	317.887
Taxa estimada provável	11,74% a.a		11,74% a.a	
Despesa financeira provável	-37.313		-37.380	
Taxa estimada considerando os cenários	10,56%	11,15%	14,09%	12,91%
Despesa financeira recalculada	(33.582)	(35.448)	(44.776)	(41.045)
Acréscimo/decréscimo na despesa	(3.731)	(1.866)	7.396	3.665

	Consolidado			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	317.887	317.887	317.887	317.887
Taxa estimada provável	11,74% a.a		11,74% a.a	
Despesa financeira provável	-37.313		-37.313	
Taxa estimada considerando os cenários	10,56%	11,15%	14,09%	12,91%
Despesa financeira recalculada	(33.582)	(35.448)	(44.776)	(41.045)
Acréscimo/decréscimo na despesa	(3.731)	(1.866)	7.463	3.731

3.5. Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de "swap" registradas pela companhia foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, visando eliminar a exposição à variação cambial e fixando sua atualização pelos índices do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de determinado percentual de "spread".

A composição das operações com derivativos em de 31 de dezembro de 2021, são conforme demonstrados a seguir:

Controladora										
Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data Vencimento	Valor Ncional R\$	Valor Ncional R\$	SWAP Accrual	SWAP Valor Justo	Accrual x Valor Justo
KRM	€	EUR+1,95%	CDI+2,45%	03/11/21	04/11/24	6.881	45.000	(2.104)	(2.213)	(109)
KRM	R\$	6,64%	CDI+1,90%	30/10/19	03/10/24	-	12.500	(60)	(1.058)	(997)
KRM	R\$	7,38%	CDI+1,90%	31/07/19	05/08/24	-	60.000	(270)	(4.064)	(3.794)
Totais						6.881	117.500	(2.434)	(7.335)	(4.901)

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- Provisões: a determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o

- valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável; e
- Valor justos de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	232	298	332	356
Bancos conta movimento	1.026	6.487	1.253	7.211
Aplicações financeiras	4.902	161.231	38.575	227.993
	<u>6.160</u>	<u>168.016</u>	<u>40.160</u>	<u>235.560</u>

(*) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 55% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos, peças e acessórios e	108.057	32.532	182.387	47.202
Cheques a receber	564	454	581	487
Cartões de crédito	21.305	15.926	35.735	21.877
Incentivos de venda, garantias e	10	4.957	7	4.966
	<u>129.936</u>	<u>53.869</u>	<u>218.710</u>	<u>74.532</u>
Circulante	129.936	53.669	218.710	74.332
Não circulante	0	200	0	200
Total de contas a receber	129.936	53.869	218.710	74.532

A abertura do saldo de conta a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	102.577	49.295	168.115	68.378
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	22.585	3.137	41.709	3.855
Vencidos de 31 a 90 dias	2.642	363	5.914	1.182
Vencidos de 91 a 180 dias	1.552	361	2.313	377
Vencidos de 181 a 365 dias	580	713	659	740
	<u>27.359</u>	<u>4.574</u>	<u>50.595</u>	<u>6.154</u>
	<u>129.936</u>	<u>53.869</u>	<u>218.710</u>	<u>74.532</u>

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Desta forma, a Companhia não constituiu provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

Movimentação de baixas de duplicatas para perda financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Baixas	92	34	137	71
(-) Perdas Recuperações	(96)	(10)	(110)	(13)
Saldo final	<u>(4)</u>	<u>24</u>	<u>27</u>	<u>58</u>

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos novos	14.684	5.853	22.787	9.382
Veículos usados	92.369	11.361	142.163	15.447
Peças e acessórios	16.988	9.702	27.376	14.353
	<u>124.041</u>	<u>26.916</u>	<u>192.326</u>	<u>39.182</u>

No ano de 2020 o volume de estoque reduziu devido a desaceleração na produção causada pela pandemia do COVID-19. Já no ano de 2021 a produção foi se normalizando, porém, ainda de forma reduzida, com isso o mercado de veículos usados ganhou espaço no mercado, justificando tal crescimento no nosso estoque de veículos usados, estratégia para continuarmos atendendo nossos clientes.

8. Créditos diversos

São recursos destinados a recuperação de impostos e despesas antecipadas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos Diversos e Outros				
Impostos a Recuperar e compensar	1.739	2.157	2.083	2.157
Pis e cofins a recuperar com ação judicial	623	-	623	-
Despesas antecipadas	12.619	5.927	19.819	5.646
Outros fornecedores	1.620	862	1.915	1.116
Total	16.601	8.946	24.440	8.919
Circulante	16.601	7.946	24.420	8.891
Não circulante	-	-	20	28

Referente ao lançamento de Pis e cofins a recuperar com ação judicial, em 15 de março de 2017, por meio do Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706/PR, o STF definiu que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS/COFINS (cumulativo ou não-cumulativo).

Em setembro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração no RE, requerendo esclarecimentos dos seguintes pontos: (i) definição sobre o ICMS a ser excluído (ICMS "a pagar" x ICMS destacado na nota fiscal); e (ii) a modulação dos efeitos da decisão para que esta somente produzisse impactos prospectivos, o que vedaria a restituição/compensação de créditos de períodos anteriores ao julgamento (15/03/2017) para os contribuintes que não tivessem ação judicial sobre a matéria.

Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos de Declaração e definiu que o ICMS a ser excluído seria o ICMS destacado nas notas fiscais e aplicou a modulação dos efeitos da decisão para os contribuintes que ingressaram com demandas judiciais posteriormente ao início do julgamento do RE, de modo que a recuperação de créditos teria que obedecer a data limite de 15/03/2017. Os contribuintes que ingressaram com ação anteriormente a 15/03/2017, restaria preservado o direito de recuperar os créditos referentes ao quinquênio (5 anos) anterior à propositura da ação judicial.

Resolvidas as questões processuais e ocorrido o trânsito em julgado das ações judiciais sobre o tema, foi contratada empresa de consultoria externa independente para os levantamentos e materialização do direito tutela nas ações judiciais, objetivando a habilitação do laudo técnico junto a Secretaria da Receita Federal para as compensações dos créditos apurados.

Como resultado do laudo técnico identificou-se um crédito tributário bruto na ordem R\$ 623 a ser reconhecido como receita bruta no exercício de 2021.

9. Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
VIX Logística S.A. (ii)	570	186	1.234	186
Savana Comércio de Veículos Ltda (ii)	5	2	5	2
AB Comercio de Veículos LTDA (ii)	118	1.578	-	-
Kurumá Comércio de Veículos LTDA (ii)	-	-	-	-
Kyoto Comercio de Veiculos LTDA	-	-	-	-
VD Comercio de Veiculos LTDA (ii)	421	2.627	698	2.684
VIX Transportes Dedicados Ltda (ii)	10	-	10	119
VM Comércio de Automóveis Ltda (ii)	-	1	43	20
Agua Branca Logística S.A. (ii)	-	2	-	2
Vitória Motors Ltda (ii)	-	2	4	2
Viação Agua Branca AS (ii)	2	-	2	-
Autoport Transportes e Logistica LTDA (ii)	1	-	1	-
Let's Rent a Car S/A (ii)	46	-	65	-
Salute Locação e empreendimentos LTDA (ii)	4	-	5	-
Contas a receber	1.176	4.398	2.066	3.014
AB Comercio de Veículos LTDA (ii)	572	2.254	-	-
Kurumá Comércio de Veículos LTDA (ii)	-	-	-	-
Kyoto Comercio de Veiculos LTDA (ii)	2	-	-	-
Vix Logística S.A. (ii)	-	3	-	3
Águia Branca Participações S.A. (ii)	13	35	13	35
Rio Novo Locações. (iii)	580	517	761	796
Draco Serviço e Aces. Para Veiculos LTDA (ii)	132	156	-	-
VD Comércio de Veículos Ltda (ii)	624	131	689	356
VM Comércio de Automóveis Ltda (ii)	-	3	-	3
Autoport Transportes e Logística Ltda. (ii)	-	3	-	3
VD Pneus LTDA (ii)	2	-	2	-
VIX Transportes Dedicados Ltda (ii)	8	-	8	-
Salute Locação e empreendimentos LTDA (ii)	1	-	1	-
Contas a Pagar	1.934	3.102	1.474	1.196
VIX Transportes Dedicados LTDA (ii)	33	24	47	24
Kurumá Veiculo S.A. (ii)	-	-	6.666	3.542
AB Comercio de Veículos LTDA (ii)	-	850	1.083	850
Kyoto Comercio de Veiculos LTDA	59	-	149	-
Viação Agua Branca S.A. (ii)	9	7	9	7
Águia branca Participações AS	4	-	4	-
Vitória Motors (ii)	7	2	48	2
LAND Vitória Comércio de Veículos (ii)	-	-	-	-
VIX Logística S.A. (ii)	2.608	388	5.455	612
VD Comercio de Veiculos LTDA (ii)	182	426	1.725	702
VM Comércio de Automóveis Ltda (ii)	3	8	306	8
Autoport Transportes e Logistica LTDA	1	-	1	-
Let's Rent a Car S/A (ii)	-	-	267	-
Salute Locação e Empreendimentos LTDA (ii)	127	-	130	-
Receita de vendas (ii)	3.034	1.704	15.890	5.746
Rio Novo Locações. (iii)	6.545	6.378	6.545	8.912
Custos e despesas	6.545	6.378	6.545	8.912

- (i) Os mútuos não preveem a incidência de juros, estando registrados por seus valores nominais, sem vencimento predeterminado;
- (ii) Venda de veículos, peças e serviços para manutenção da frota da Companhia ligada indireta, em condições normais de mercado; e
- (iii) Valores relacionados à locação de imóveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia, em condições normais de mercado.

10. Investimentos

10.1. Composição do saldo

	% Participação	Patrimônio		
		Líquido em 2021	2021	2020
Draco Serviços e Acessórios para Veículos Ltda.	100%	1.398	1.398	7.214
AB Comércio de Veículos Ltda.	100%	96.829	96.710	61.481
Kyoto Comercio de Veiculos Ltda	100%	66.897	66.800	
			164.908	68.695
Ágio gerado na aquisição da Empresa AB Comércio de Veículos Ltda.			20.262	20.262
Ágio gerado na aquisição da Empresa Kyoto Comercio de Veiculos Ltda.			126.194	
Investimento total			311.364	88.957

10.2. Informações adicionais sobre as Empresas investidas

Controlada	Ativo total	Passivo Circulante	Receita bruta	Resultado do exercício
Draco Serviços e Acessórios para Veículos Ltda.	2.812	1.414	26.827	21.542
AB Comércio de Veículos Ltda.	123.691	26.980	810.025	38.808
Kyoto Comercio de Veiculos Ltda	107.153	40.353	212.075	10.994

10.3. Movimentação dos investimentos

	Draco Serviços	AB Comércio de Veículos	Kyoto Comércio de Veículos	Total
Saldo final em 2019	853	60.209	-	61.063
(+/-) Equivalência patrimonial	11.210	9.838	-	21.048
(-) Distribuição de Lucros	(4.850)	(10.000)	-	(14.850)
(-) Outros resultados abrangentes	-	1.434	-	1.434
Saldo final em 2020	7.213	61.481	-	68.695
(+) Aumento de capital	-	-	55.806	55.806
(+/-) Equivalência patrimonial	21.452	38.807	10.994	71.253
(-) Distribuição de Lucros	(27.267)	(3.800)	-	(31.067)
(-) Outros resultados abrangentes	-	221	-	221
Saldo final em 2021	1.398	96.710	66.800	164.908

10.3.1. Draco Serviços

A Empresa iniciou suas operações em 2008, cuja principal atividade é a intermediação e agenciamento de serviços em geral. Durante o exercício de 2021 a referida controlada distribuiu lucros para a Empresa no montante de R\$ 27.267 (R\$ 4.850 em 2020).

10.3.2. AB Comércio de Veículos Ltda. (anteriormente Kawai Veículos Ltda.)

A Empresa iniciou suas operações em 2016, com o direito de exploração e comercialização de veículos da marca Toyota na região da Grande BH. Durante o exercício de 2021 a referida controlada distribuiu lucros para a Empresa no montante de R\$ 3.800. (R\$ 10.000 em 2020)

10.3.3. Kyoto Comercio de Veiculos Ltda

Em 21 de Maio de 2021 a Kurumá Veículos S/A firmou um contrato de negociação e termo de compromisso de ajuste negocial e outras avenças juntamente com Mirfak Participações Ltda e Constellation Participações Societárias Ltda para aquisição de 99,99% (noventa e nove reais e noventa e nove centavos por cento) das quotas referente concessão de revenda de veículos, peças e serviços de garantia da marca Toyota do Brasil S/A, direito de Concessão da região e seus ativos no valor de R\$ 128.000.000 (cento e vinte e oito milhões de reais), assumindo o controle da operação em 03 de novembro de 2021 da empresa Athena Comercio de Veiculos Ltda, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão das quotas.

A empresa Athena Comercio de Veiculos Ltda é uma entidade domiciliada no endereço Trecho SIA Trecho 1 Lotes 1160, 1170, 1180, 1190, 1200, 1210, número SN, bairro Zona Industrial (Guara), município Brasília/DF, CEP 71.200-012, inscrita no CNPJ sob nº 43.760.039/0001-10, composta com mais 4 filiais na região de Brasília. A Companhia teve posteriormente a sua razão social alterada para Kyoto Comercio de Veiculos Ltda.

A companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e ativo intangível utilizando o conceito do "valor em uso, por meio de modelos de fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Descrição	R\$
Valor contábil dos ativos	1.791
Direito de concessão	126.209
Total	128.000

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do

seu ativo intangível na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

11. Imobilizado Líquido

Representado por:

Descrição	% Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Moveis e utensílios	10	1.328	1.187	1.946	1.661
Instalações	10	872	904	1.071	1.136
Veículos	20	17.691	13.238	22.769	17.967
Ferramentas	10	997	1.011	1.914	1.321
Computadores e	20	1.693	1.202	3.006	1.378
Máquinas e equipamentos	10	2.289	2.264	3.721	3.190
Benfeitoria e obras	10	9.246	8.496	18.469	19.939
Direito de uso de ativos (Nota 15)		10.762	9.873	12.030	9.873
Total		44.878	38.174	64.926	56.465

11.1. Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2021 e 2020 encontra-se demonstrada a seguir

11.1.1. Controladora

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2021
	Saldo anterior 31/12/2020	Adição	Baixa	
Moveis e utensílios	2.506	463	(303)	2.666
Instalações	2.204	127	(2)	2.329
Veículos	13.692	12.300	(7.834)	18.158
Ferramentas	1.594	180	(93)	1.681
Computadores e periféricos	2.790	1.200	(615)	3.375
Máquinas e equipamentos	5.131	711	(480)	5.362
Benfeitoria e obras	14.107	2.856	(4)	16.959
Direito de uso de ativos (Nota 15)	13.821	3.558	(342)	17.037
Total do custo	55.846	21.395	(9.673)	67.568

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Móveis e utensílios	(1.319)	(213)	195	(1.337)
Instalações	(1.300)	(158)	2	(1.456)
Veículos	(454)	(64)	51	(467)
Ferramentas	(584)	(149)	48	(685)
Computadores e periféricos	(1.588)	(507)	413	(1.682)
Máquinas e equipamentos	(2.867)	(462)	255	(3.074)
Benfeitoria e obras	(5.611)	(2.102)	-	(7.713)
Direito de uso de ativos (Nota 15)	(3.949)	(2.327)	-	(6.276)
Total da depreciação acumulada	(17.672)	(5.982)	964	(22.690)
Total do imobilizado líquido	38.174	15.413	(8.709)	44.878

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Móveis e utensílios	2.288	606	(388)	2.506
Instalações	2.081	123	-	2.204
Veículos	14.671	16.287	(17.266)	13.692
Ferramentas	1.457	271	(134)	1.594
Computadores e periféricos	3.233	447	(890)	2.790
Máquinas e equipamentos	5.068	892	(829)	5.131
Benfeitoria e obras	9.382	4.725	-	14.107
Direito de uso de ativos (Nota 15)	9.525	4.296	-	13.821
Total do custo	47.706	27.647	(19.507)	55.846

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Móveis e utensílios	(1.543)	(149)	373	(1.319)
Instalações	(1.146)	(155)	1	(1.300)
Veículos	(435)	(19)	-	(454)
Ferramentas	(527)	(152)	95	(584)
Computadores e periféricos	(2.135)	(328)	875	(1.588)
Máquinas e equipamentos	(3.108)	(444)	685	(2.867)
Benfeitoria e obras	(3.687)	(1.924)	-	(5.611)
Direito de uso de ativos (Nota 15)	(1.816)	(2.133)	-	(3.949)
Total da depreciação acumulada	(14.397)	(5.304)	2.029	(17.672)
Total do imobilizado líquido	33.309	22.343	(17.478)	38.174

11.1.2. Consolidado

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Móveis e utensílios	3.730	1.634	(1.396)	3.968
Instalações	2.628	135	(4)	2.759
Veículos	18.436	15.281	(10.467)	23.250
Ferramentas	2.125	856	(117)	2.864
Computadores e periféricos	3.774	3.446	(1.913)	5.307
Máquinas e equipamentos	7.094	2.942	(2.168)	7.868
Benfeitoria e obras	31.449	2.856	(4)	34.301
Direito de uso de ativo (Nota 15)	15.270	5.130	(342)	20.057
Total do custo	84.507	32.280	(16.411)	100.375

Descrição	Depreciação			Saldo custo 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Móveis e utensílios	(2.069)	(1.233)	1.281	(2.021)
Instalações	(1.492)	(198)	2	(1.688)
Veículos	(469)	(79)	67	(481)
Ferramentas	(804)	(213)	67	(950)
Computadores e periféricos	(2.400)	(1.531)	1.626	(2.305)
Máquinas e equipamentos	(3.902)	(1.666)	1.423	(4.145)
Benfeitoria e obras	(11.510)	(4.322)	-	(15.832)
Direito de uso de ativos (Nota 15)	(5.397)	(2.631)	-	(8.028)
Total do custo	(28.042)	(11.873)	4.466	(35.450)
Total do imobilizado líquido	56.465	20.407	(11.945)	64.926

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Móveis e utensílios	3.477	641	(388)	3.730
Instalações	2.506	123	-	2.628
Veículos	20.261	20.696	(22.521)	18.436
Ferramentas	1.984	275	(134)	2.125
Computadores e periféricos	4.180	490	(896)	3.774
Máquinas e equipamentos	7.005	926	(837)	7.094
Benfeitoria e obras	26.597	4.852	-	31.449
Direito de uso de ativo (Nota 15)	11.022	4.296	(48)	15.270
Total do custo	77.033	32.299	(24.824)	84.507

Descrição	Depreciação			Saldo custo 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Móveis e utensílios	(2.190)	(252)	373	(2.069)
Instalações	(1.296)	(197)	1	(1.492)
Veículos	(445)	(24)	-	(469)
Ferramentas	(695)	(204)	95	(804)
Computadores e periféricos	(2.880)	(398)	878	(2.400)
Máquinas e equipamentos	(3.969)	(624)	691	(3.902)
Benfeitoria e obras	(7.395)	(4.115)	-	(11.510)
Direito de uso de ativos (Nota 15)	(2.601)	(2.797)	-	(5.397)
Total do custo	(21.470)	(8.610)	2.038	(28.042)
Total do imobilizado líquido	55.563	23.688	(22.786)	56.465

11.2. Revisão da vida útil

A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

12. Intangível líquido

Representado por:

	% Taxa anual de amortização	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Direito de uso de software	20	1.693	1.630	2.092	1.889
Marcas e patentes	-	19	19	19	19
Direitos Contratuais	20	640	640	640	640
Desenvolvimento de Software	20	12.568	2.176	12.568	2.176
Ágio gerado na aquisição da empresas AB Comércio.	-	-	-	20.262	20.262
Ágio gerado na aquisição da empresas Kyoto Comércio.	-	-	-	126.194	-
Direito de concessão	-	20.860	25.490	20.995	25.490
		35.780	29.955	182.770	50.476
Amortizações acumuladas		(5.122)	(1.956)	(5.335)	(2.141)
		30.658	28.000	177.435	48.335

12.1. Resumo de movimentação

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	28.000	31.321	48.335	51.744
(+) Aquisições	9620	528	136.118	528
(-) Baixa	(5.636)	(3.081)	(5.663)	(3.137)
(-) Amortizações	(1.326)	(768)	(1.355)	(799)
Saldo Final	30.658	28.000	177.435	48.335

12.2. Revisão da vida útil

A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

13. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Capital de giro	266.429	250.578	266.429	297.040
Leasing	8.063,00	-	8.063	-
Operações de cessão de crédito com	45.761	344	45.761	344
	320.253	250.922	320.253	297.384
Circulante	88.162	117.584	88.162	163.896
Não circulante	232.090	133.338	232.090	133.488
	320.252	250.922	320.252	297.384

13.1. Capital de Giro

Captação	% - Juros anuais	Controladora		
		31/12/2021		
		Saldo	Curto prazo	Longo prazo
30.000	CDI +2,65% a.a	6.026	6.000	26
30.000	CDI +2,65% a.a	30.736	30.000	736

13.2. Leasing

		Controladora		
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Curto prazo	Longo prazo
3.065	CDI + 1,59% a.a	58	36	22
2.562	CDI + 3,59% a.a.	2.304	468	1.836
862	CDI + 4,44% a.a.	793	162	631
3.844	CDI + 2,32% a.a.	3.647	753	2.894

13.3. Operações de cessão de crédito com coobrigação

		Controladora		
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Curto prazo	Longo prazo
45.000	CDI + 1,59% a.a	45.761	-	45.761

13.4. Composição da parcela de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Controladora				
Operações de cessão de crédito				
Ano	Capital de giro	com coobrigação	Leasing	Total
2023	145.104	-	1.560	146.664
2024+	34.752	45.761	4.913	85.426
	179.856	45.761	6.473	232.090

Consolidado				
Operações de cessão de crédito				
Ano	Capital de giro	com coobrigação	Leasing	Total
2023	145.104	-	1.560	146.664
2024+	34.752	45.761	4.913	85.426
	179.856	45.761	6.473	232.090

13.5. Garantias

As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores

13.6. Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	184.656	220.545
Captações	130.000	130.000
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	6.506	16.988
Provisão de juros	12.010	13.023
Amortizações	(72.217)	(72.217)
Pagamento de juros	(10.396)	(11.485)
Provisão de encargos	(742)	(575)
Provisão ajuste a valor justo	1.105	1.105
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250.922	297.384
Captações	112.429	112.429
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	926	4.814
Provisão de juros	16.978	17.224
Amortizações	(42.757)	(92.942)
Pagamento de juros	(22.436)	(22.847)
Provisão de encargos	(711)	(711)
Provisão ajuste a valor justo	4.901	4.901
Saldo em 31 de dezembro de 2021	320.252	320.252

14. Passivo de arrendamento

Os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Companhia de 8,08% em 2019 e 7,72% em 2021, os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para a aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

a) Ativo de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	9.873	7.709	9.873	8.421
Aquisições	3.558	6.202	5.130	6.248
Amortização crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-	-
Amortização	(2.327)	(2.133)	(2.631)	(2.797)
Baixas	(342)	(1.905)	(342)	(2.000)
Saldo Final	<u>10.762</u>	<u>9.873</u>	<u>12.030</u>	<u>9.873</u>

b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial		7.974	10.401	8.713
Adições de novos contratos	3.272	5.881	4.649	5.881
Baixa por pagamento dos passivos		-		-
Amortização dos juros acumulados		-		-
Baixas por alteração contratual	(2.129)	(3.454)	(2.199)	(4.193)
Saldo Final	<u>1.143</u>	<u>10.401</u>	<u>12.851</u>	<u>10.401</u>
Circulante	1.825	1.902	2.166	1.902
Não circulante	9.718	8.499	10.686	8.499

c) Resultado de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou prazo inferior a 12 meses)	(9.920)	(9.290)	(15.361)	(17.570)
Amortização do arrendamento de aluguel	(2.154)	(1.983)	(2.430)	(2.569)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP)	-	(741)	-	(733)
Crédito de PIS e COFINS diferido	(252)	(216)	(289)	(303)

15. Fornecedores

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Toyota do Brasil - veículos novos	28.240	51.697	55.814	73.581
Toyota do Brasil - peças e acessórios	5.501	3.922	11.253	6.142
Outros fornecedores - veículos usados	9.150	-	10.106	-
Outros fornecedores - diversos	8.999	3.744	15.510	4.277
	<u>51.890</u>	<u>59.363</u>	<u>92.683</u>	<u>84.000</u>

16. Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Refere-se a operação de venda de veículos, ocasionando o pagamento antecipado realizados pelo consumidor final. Contas a pagar diversas é referente ao funcionamento das operações do negócio:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	15.851	12.663	30.360	17.063
Contas a pagar diversas	-	876	-	1.032
	<u>15.851</u>	<u>13.539</u>	<u>30.360</u>	<u>18.095</u>

Circulante	15.851	13.539	30.360	18.095
Não Circulante	-	-	-	-

17. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações trabalhistas e previdenciárias				
Previdenciárias - FGTS/INSS	2.321	1.689	3.505	2.286
Com pessoal - salários/outras	16	150	27	152
Provisão - férias e encargos	7.930	5.567	10.716	7.348
	<u>10.267</u>	<u>7.406</u>	<u>14.248</u>	<u>9.786</u>
Obrigações tributárias				
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	1.976	1.896	82.490	3.729
Estaduais - ICMS a recolher	7.103	780	7.361	874
Municipais - ISS a recolher	1.711	199	2.606	347
	<u>10.790</u>	<u>2.875</u>	<u>92.457</u>	<u>4.950</u>
Total	<u>21.057</u>	<u>10.281</u>	<u>106.705</u>	<u>14.736</u>
Circulante	21.057	10.281	32.703	14.735
Não Circulante	-	-	-	-

18. Contas a pagar por aquisições

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sossai/Kyoto e outras obrigações				
Circulante	44.437	2.002	44.437	2.002
Não Circulante	19.138	1.924	19.138	1.924
Contas a a pagar por aquisições	<u>63.575</u>	<u>3.926</u>	<u>63.575</u>	<u>3.926</u>

a) Aquisição da Companhia Sossai Distribuidora de Veículos LTDA

Em 18 de março de 2013, foi realizada a aquisição da concessão de revenda de veículos, peças e serviços de garantia da marca Toyota do Brasil S/A e o fundo de comércio da Companhia Sossai Distribuidora de Veículos LTDA, antiga proprietária da concessão.

Esta aquisição comporta os seguintes Ativos e valores:

Fundo de Comércio Toyota (Veículos Novos)	6.000
Estoque Peças e Pneus	198
Moveis, utensílios e ferramentas	302
Total	<u><u>6.500</u></u>

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- 20 parcelas no valor unitário de R\$ 286 até o ano de 2023;
- Primeira parcela com vencimento de 30 dias após o pagamento da última parcela semestral valor de R\$ 780.

Esta obrigação está representada por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sossai				
Circulante	2.288	2.002	2.288	2.002
Não Circulante	1.638	1.924	1.638	1.924
Contas a a pagar por aquisições	<u>3.926</u>	<u>3.926</u>	<u>3.926</u>	<u>3.926</u>

b) Aquisição direito de concessão Brasília

Em 1 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição da concessão de revenda de veículos, peças e serviços de garantia da marca Toyota do Brasil S/A e o direito de Concessão, Mirkaf Participações LTDA representando 99% e Constellation Participações Societárias LTDA representando 1%, antigas proprietárias da concessão.

Esta aquisição comporta os seguintes Ativos e valores:

Descrição	R\$
Valor contábil dos ativos	1.791
Direito de concessão	126.209
Total	128.000

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- Parcela unitária no valor de R\$ 65.000 em 2 dias úteis da data de aprovação do CADE e nomeação da promissária adquirente pela Toyota do Brasil LTDA.
- 18 Parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 3.500, sendo o vencimento da primeira 30 dias após o pagamento da primeira parcela.
- Os pagamentos serão depositados de acordo com a participação de cada empresa.

Esta obrigação está representada por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	44.288	-	44.288	-
Não Circulante	19.138	-	19.138	-
Contas a a pagar por aquisições	63.426	-	63.426	-

19. Provisão para demandas judiciais

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável como abaixo resumido:

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Trabalhista	Cíveis	Total	Trabalhista	Cíveis	Total
Prováveis	64	6	70	64	6	70

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Trabalhista	Cíveis	Total	Trabalhista	Cíveis	Total
Prováveis	64	6	70	64	6	70

19.1. Depósitos judiciais

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão dos processos em andamento, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais	611	574	813	683
Bloqueio judiciais	-	-	-	-
	<u>611</u>	<u>574</u>	<u>813</u>	<u>683</u>

20. Patrimônio Líquido

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 36.531 (R\$36.531 em 2020), subscrito e integralizado, representado por 36.531 quotas (36.531 quotas em 2020), no valor nominal de R\$1,00 cada.

20.2. Destinação dos lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual estabelece a compensação dos prejuízos acumulados e destinação de 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado.

Em respeito ao artigo 202 da lei das Companhias por ações, deve haver distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações.

No ano de 2021 obtivemos um lucro no montante de R\$ 164.743, conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.743	34.789
(-) Absorção de prejuízo acumulado	-	-
(-) Reserva legal	7.306	1.739
(=) Base dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>157.437</u>	<u>33.050</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	39.359	8.262
Dividendos distribuídos	39.359	8.262
Dividendos Propostos	10.986	9.377
Dividendos aprovados para distribuição - 100%	<u>50.345</u>	<u>17.639</u>

20.3. Reserva de lucros e capital

A Companhia mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais do capital fixo e circulante e são formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, não podendo estas reservas ultrapassar o valor do capital social, sendo assim o valor de R\$ 101.574 que ultrapassou o valor do capital social, parte será distribuído e parte será utilizado para integralização de capital no decorrer do exercício de 2022, após Assembleia geral ordinária.

21. Receita operacional líquida

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos novos	1.617.614	797.811	2.338.218	1.098.854
Veículos usados	511.177	267.224	688.410	363.107
Peças, pneus e acessórios	169.535	120.831	252.331	177.591
Outros serviços (comissões, locações e outros)	67.476	47.326	127.873	77.499
Receita operacional	2.365.802	1.233.192	3.406.832	1.717.051
Impostos e outras deduções	(179.226)	(82.644)	(223.240)	(123.897)
Receita operacional líquida	<u>2.186.576</u>	<u>1.150.548</u>	<u>3.183.592</u>	<u>1.593.154</u>

No ano de 2020, o volume de vendas reduziu devido a desaceleração na produção causada pela pandemia do COVID-19. Já no ano de 2021, a produção foi se normalizando e foi possível voltar de forma gradativa a atender nossos clientes, com isso o volume de vendas de novos aumenta de forma significativa. Por outro lado, os veículos usados ganharam espaço no mercado devido a escassez dos veículos novos, aumentando também de forma significativa o volume de venda.

22. Custo dos veículos vendidos e serviços prestados

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo de veículos novos	(1.333.710)	(693.565)	(1.962.305)	(948.017)
Custo de veículos usados	(451.062)	(232.766)	(609.450)	(317.683)
Custo na venda de peças e acessórios	(94.500)	(74.492)	(146.904)	(110.461)
prestados e outros	(12.401)	(10.891)	(16.641)	(14.111)
	<u>(1.891.673)</u>	<u>(1.011.714)</u>	<u>(2.735.300)</u>	<u>(1.390.272)</u>

O crescimento significativo de custo de vendas de novos e usados, se justifica devido ao crescimento no volume de vendas dos mesmos itens.

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos e despesas com pessoal	(85.735)	(57.982)	(116.648)	(75.953)
Amortização do ativo de direito de uso	(2.154)	(1.983)	(2.430)	(2.576)
Depreciações e amortizações	(5.977)	(4.056)	(8.833)	(6.732)
Serviços prestados por terceiros	(5.350)	(4.045)	(7.531)	(5.509)
Honorários dos administradores	(3.347)	(2.486)	(3.347)	(3.323)
Aluguéis	(12.897)	(11.967)	(19.506)	(17.570)
Despesas diversas de propaganda	(4.219)	(4.940)	(6.031)	(5.953)
Despesas com Vendas	(17.494)	(11.068)	(23.153)	(15.779)
Despesas com telefonia, energia elétrica e água	(2.831)	(2.183)	(3.578)	(2.847)
Despesas com viagens e estadias	(2.578)	(1.263)	(3.575)	(1.397)
Outros custos e despesas	(7.304)	(4.317)	(9.653)	(5.127)
	<u>(149.886)</u>	<u>(106.290)</u>	<u>(204.285)</u>	<u>(142.766)</u>

24. Resultado financeiro, líquido

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros sobre aquisição de veículos "Floor"	-	(1.273)	-	(1.398)
Juros passivos	(19.730)	(12.829)	(20.275)	(14.384)
Despesas bancárias	(2.140)	(3.874)	(2.863)	(4.569)
Juros sobre arrendamentos	-	(741)	-	(765)
Descontos concedidos	(3.627)	(2.841)	(5.276)	(3.771)
Outras despesas financeiras	-	(466)	-	(500)
	<u>(25.497)</u>	<u>(22.024)</u>	<u>(28.414)</u>	<u>(25.387)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.605	1.698	5.643	2.441
Descontos obtidos	230	626	277	932
Outras receitas financeiras	158	182	178	289
	<u>4.993</u>	<u>2.506</u>	<u>6.098</u>	<u>3.662</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(20.504)</u>	<u>(19.518)</u>	<u>(22.316)</u>	<u>(21.725)</u>

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa apurados até o ano de 2018. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	-	-	-
IR/CSLL sobre Reserva de ágio (controlada)	-	-	-	-
Impostos Diferido				
IR	-	-	1.724	5.336
CSLL	-	-	621	1.921
IR/CSLL Diferido	-	-	2.345	7.257

Os valores apresentados no quadro consolidado do exercício de 2021, pertence a controlada AB Comércio de Veículos Ltda.

A expectativa da Administração para realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	Consolidado
Ano 2022	2.345
	2.345

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes das provisões tributárias	192.094	38.103	269.233	55.602
			0	0
Alíquota nomina	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	65.312	12.955	91.539	18.905
Efeito de adições				
(+) Adições permanentes	1.180	1.121	3.883	8.036
(+) Adições temporárias	-	-	-	-
Efeito de exclusões				
(+) Exclusões permanentes	(713)	(2.068)	(1.601)	(8.661)
(+) Exclusões temporárias	-	-	-	-
(+/-) Prejuízo fiscal	(12.466)	(1.485)	(18.298)	(2.922)
(+/-) Equivalência patrimonial	(24.226)	(7.081)	(24.226)	(7.081)
(-/+) Constituição de provisão para contingência				
(-/+) Outros	(24)	(24)	(54)	(48)
(-) Incentivos fiscais	(1.496)	(104)	(2.013)	(208)
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	27.567	3.314	49.231	8.021
(=) Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(4.912)	(836)

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Companhia oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.

28. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2021, foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores o montante de R\$ 3.347 (R\$2.486, em 2020).